



DL-01

Ses. Esp. 26/11/10

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberto o 10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

Convido para compor a Mesa: O Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratã Aguiar; o Exmº Sr. Presidente do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e vice-governador eleito, deputado Domingos Filho; o Exmº Srs. Deputado Clóvis Ferraz, ex-presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, representante da presidente da UNALE, deputada Aparecida Gama; a minha querida amiga, Exmª Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, conselheira Ridalva Figueiredo; meu querido amigo, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, Francisco de Souza Andrade Neto.

Gostaria de registrar as presenças dos deputados: Fernando Toledo, presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas; deputado Jorge Amanajas, presidente da Assembleia do Amapá; deputado Francisco Souza, representante do presidente da Assembleia do Amazonas; do deputado Givaldo Vieira, 2º Secretário, representante do presidente da Assembleia do Espírito Santo e vice- governador eleito; deputado Domingos Juvenil, presidente da Assembleia Legislativa do Pará; deputado Demóstenes Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí; deputado Robson Faria, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e vice-governador eleito por aquele Estado; do deputado João Barbosa, representante do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; do deputado Federal Raimundo Coimbra, presidente da Assembleia Legislativa de Tocantins.

Registro a presença dos conselheiros Zilton Rocha, Manoel Castro e Francisco Neto. Registro as presenças dos deputados: Aderbal Fulco Caldas, do PP; Álvaro Gomes, PCdoB; Ângela Sousa, PSC; Euclides Fernandes, PDT; Getúlio Ubiratã, PMN; Gilberto Brito, PR; Ivo de Assis, do PR; Isaac Cunha, PT; João Carlos Bacelar, PTN; Joélcio Martins, PMDB; Jurandy Oliveira, PRP; Maria Luiza Laudano, PTdoB; Roberto Muniz, PP.

Convido todos a ouvirem a execução do Hino Nacional.



(Execução do Hino Nacional)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar as presenças do secretário do TCU na Bahia, Antônio França; do conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado, Vivaldo Ribeiro; e do deputado Pedro Alcântara, do PR.

Concedo a palavra e passo a Presidência dos trabalhos ao Exmº Sr. Presidente do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e vice-governador eleito, deputado Domingos Filho.

O Sr. Presidente Domingos Filho:- Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Marcelo Nilo, quero, de logo, agradecer à extraordinária receptividade de V.Exª e sua equipe e o conjunto das deputadas e dos deputados. Quero que se sintam cumprimentados em sua pessoa por ter promovido este evento com todas as representações parlamentares do Brasil, os presidentes das assembleias que compõem esse Colegiado.

Cumprimento o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar – já agradecendo pela gentileza de ter aceito esse convite –, que já teve nesta semana o privilégio de estar aqui, em Salvador, Bahia, recebendo uma homenagem dos Tribunais de Contas, e que se colocou, de logo, à disposição para ser palestrante sobre o “Controle Externo e o Poder Legislativo”. Ele que, como poucos, tem a honra de ter sido vereador de Fortaleza, Ceará, secretário municipal de Fortaleza, deputado estadual, secretário de Estado, deputado federal, 1º Secretário da Câmara dos Deputados, ministro do Tribunal de Contas da União, hoje presidente, portanto tem muito a nos ensinar e a fazer brilhar este debate.(Palmas)

Quero cumprimentar, de forma muito especial, o querido companheiro de todos nós, deputado Clóvis Ferraz, baiano, ex-presidente desta Casa e da União das Assembleias Legislativas do Brasil – Unale, também a Exmª Srª Presidenta do Tribunal de Contas da Bahia, conselheira Ridalva Figueiredo, o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Francisco de Souza Andrade Neto, (Palmas) os deputados Fernando Toledo, presidente da Assembleia de Alagoas, Jorge Amanajás, presidente da Assembleia do Amapá, Francisco de Souza, que neste ato representa o presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Berlamino Lins, Givaldo Vieira, que representa a Mesa Diretora da



Assembleia Legislativa do Espírito Santo e que pela vontade soberana do povo capixaba acaba de se eleger vice-governador - já está em Salvador o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, também eleito vice-governador daquele Estado.

Quero agradecer as presenças dos deputados Domingos Juvenil, presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - também o acompanha Cléber Eulálio, ex-presidente daquela Casa -, Robson Farias, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, despedindo-se do seu quarto mandato de presidente da Assembleia, talvez o recordista entre todos nós, não sei se o Marcelo Nilo vai bater esse recorde, e eleito vice-governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Quero cumprimentar também o deputado João Barbosa, que representa o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Barros Munhoz, o deputado Júnior Coimbra, presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, que também acaba de ser eleito deputado federal por aquele Estado.

Minhas queridas companheiras deputadas, deputados do Estado da Bahia e de outros Estados aqui presentes, equipe de apoio do colegiado da Assembleia Legislativa da Bahia, quero dizer-lhes, meu querido presidente, que desde o primeiro momento a nossa equipe de apoio do Ceará e do colegiado de presidentes têm recebido, o que já é comum do baiano, o abraço de boas-vindas e toda a gentileza possível no atendimento da organização deste evento, daí o abraço todo especial à equipe de servidores dedicados da Assembleia Legislativa da Bahia. (lê) “Tenho a inexcusável satisfação de presidir mais esta sessão do Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil, desta feita, para maior gáudio, nessa belíssima cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia.

Em primeiro lugar, quero registrar, por dever de Justiça, a amabilidade e lhaneza de trato do nosso anfitrião, o Deputado Marcelo Nilo, Presidente da Augusta Casa Legislativa do Estado da Bahia, bem como a fidalga hospitalidade, com que nos brinda espontaneamente, o povo baiano.



Marcelo Nilo nasceu em Antas, município da região nordeste da Bahia, em pleno semi-árido baiano.”

Acho que aí numa relação parecida com a minha terra está para o Ceará como o Nordeste está para o Brasil, é a capital do semi-árido cearense também. (Lê) “(...) Engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia, é um homem fiel às suas raízes interioranas, que dedicou a vida profissional e política à busca de melhores condições de vida para os baianos.

Atualmente, foi reeleito para o sexto mandato consecutivo, como o deputado estadual mais votado da Bahia na última eleição de 2010, com 139.794 votos.

A Bahia é terra e berço da cultura, da política, e das artes, do nosso País, com especial destaque para os singulares paradigmas de fraternidade que informam o comportamento desse abençoado povo. Enfim a história da Bahia é um domínio de história que, canonicamente, se estende desde a chegada dos portugueses em 22 de abril de 1500, até nossos dias.

Coube ao Almirante Pedro Álvares Cabral, da esquadra lusa, o toque inicial da nossa história, descobrindo o Brasil na Bahia, propositadamente ou por acaso, ao gosto de alguns estudiosos. O Brasil descoberto, foi colônia por mais de três séculos e a Bahia capital da colônia durante dois séculos e meio.

A cidade de Salvador foi fundada em 1549 pelo Primeiro Governador Geral, Tomé de Souza.

Sem desconhecer os incontáveis baianos que ilustram a história do nosso País, gostaria de render o meu tributo a todos através de três figuras emblemáticas, muito maiores do que o tempo, porque simbolizam toda uma amalgama de valores subjetivos de escala maior, atualíssimos e que ainda se projetarão indefinidamente no tempo.

Silva Lisboa, conhecido como juiz conservador das matas, no longínquo ano de 1779 já bradava contra a devastação da Mata Atlântica.

Diogo Alvares Correia que, ao casar-se com a Índia Catarina Paraguaçu, deu início a miscigenação de raras no Brasil, transformando-se na figura lendária do Caramuru, de



tantos serviços prestados ao País, em especial, engajando as nações indígenas na luta pela nossa independência.

Par último, com destaque de menção honrosa, até porque representa a garra da mulher brasileira, Maria Quitéria de Jesus, a heroína da Independência.

Maria Quitéria, filha primogênita de Gonçalo Alves de Almeida e Quitéria Maria de Jesus, nasceu em 1792 no sítio do Licurizeiros, comarca de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, atual município de Feira de Santana, no Estado da Bahia.

As lutas pela emancipação tiveram início ainda em 1821, em conflitos que foram dos pequenos motins à conflagração entre as tropas portuguesas e os "brasileiros" - bem antes que D. Pedro I proclamasse a Independência do Brasil.

As batalhas sangrentas contra as tropas lusitanas sediadas em Salvador foram diversas, contando os baianos então com o apoio do povo de toda a Província em batalhões que contavam com a participação de voluntários.

Tendo o velho Gonçalo, viúvo, sem filho varão, não podido colaborar, foi surpreendido pela sua filha Maria Quitéria, que lhe pediu autorização para se alistar. Negado o pedido, Maria Quitéria fugiu para a vila de Cachoeira, onde, vestida de homem e cabelo cortado, alistou-se sob o nome de soldado Medeiros no Regimento de Infantaria, até ser descoberta. Em virtude da sua demonstrada facilidade no manejo das armas e sua reconhecida disciplina militar, foi incorporada à tropa.

A 02 de julho de 1823, o Exército Libertador entra triunfalmente em Salvador, consolidando a nossa independência.

Por seus atos de bravura em combate, o General Pedro Labatut, Comandante Geral da resistência, conferiu-lhe as honras de 1º Cadete.

No dia 20 de agosto de 1823, foi recebida no Rio de Janeiro pelo Imperador em pessoa, que a condecorou com a Imperial Ordem do Cruzeiro, no grau de Cavaleiro, com o seguinte pronunciamento:

'Querendo conceder a D. Maria Quitéria de Jesus o distintivo que assinala os Serviços Militares que com denodo raro, entre as mais do seu sexo, prestara à Causa da



Independência deste Império, na porfiosa restauração da Capital da Bahia, hei de permitir-lhe o uso da insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.'

“Além da comenda, foi promovida a Alferes de Linha, posto em que se reformou.

Aquilatar a dignidade dessa excepcional figura humana somente pode ser tentado através do seu gesto de dirigir-se ao Imperador dizendo aproveitar aquela ocasião para lhe fazer um pedido: uma carta ao seu pai solicitando que a perdoasse por sua desobediência.

Foi prontamente atendida e depois perdoada.

Presidir esta reunião do Colegiado de Presidentes das Assembleias do Brasil tem para mim uma significação impar, porquanto uma miscelânea de sentimentos e emoções me invade o peito e a razão, de forma vertiginosa e impactante, de difícil assimilação, especialmente por estamparem uma cena aparentemente paradoxal.

Ora, se por um lado o exercício dessa cátedra constitui-se em honra indescritível, aliada ao imenso prazer do convívio fraterno de colegas parlamentares, nos remetem inexoravelmente ao enlevo de extrema gratificação, pelo outro, a consciência de uma despedida, proporciona uma sensação dolorida de ausência e de perda, muito embora forçoso reconhecer tratar-se, em verdade, de uma nova missão a cumprir, igualmente muito honorífica, galgada, prosaicamente, como consecutório pela exação do exercício parlamentar.

A emoção que me invade me assalta de ousadia, para dizer que aqui não deixo amigos, mas sim os levo, na mais absoluta certeza de que contarei com todos, a me auxiliarem nesta minha nova missão de vice-governador do meu amado Estado do Ceará.

De mais a mais, a plena convicção de que este Colegiado continuará a pautar altivamente o seu desiderato, sob os auspícios de inteligências privilegiadas de abnegados e lídimos representantes do povo, nos oferta uma bonificação de paz e da mais legítima recompensa.

Assim é que, ancho de satisfação e de nostalgia, cumpre-me reconhecer que a experiência de presidir este Colendo Colegiado, mercê da generosidade dos estimados colegas, foi de extrema riqueza pessoal, competindo-me, outrossim, registrar que muito mais gostaria de ter contribuído, sem embargo da atipicidade política do lapso temporal, em que todos nós tínhamos por obrigação primeira, de auscultar os anseios e a vontade popular.



Contudo, a solidariedade, a dedicação, a inesgotável vocação de servir, características que ornamentam a personalidade de todos que fizeram comigo, neste breve período, o Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil, nos dão a certeza do dever cumprido.”

Encerro, portanto, esta minha primeira participação, dizendo da grande satisfação de poder presidir este Colegiado, que tem como objetivo maior, e certamente V.Ex^{as}, o Colegiado dos Presidentes das Assembleias e a União das Assembleias Legislativas, Unale, que até há pouco tinha como presidente o baiano Clóvis Ferraz, haverão de juntos continuar uma luta muito maior, que é a de fortalecimento das prerrogativas parlamentares estaduais.

Não é razoável que se tenha uma federação cujas atribuições se dão nas linhas avessas, meu querido presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, que é de um órgão, compõe um órgão auxiliar do Congresso Nacional, com autonomia administrativa, é bem verdade, sabe que as prerrogativas das Assembleias Legislativas têm que ser reforçadas sob pena de se ter uma federação enviesada, em que toda prerrogativa está no Congresso Nacional, sem prerrogativa incidente e incisiva para os Estados e para as Assembleias, isso cada vez emperra o processo legislativo, diminui e dificulta o fortalecimento dos Estados membros, afinal de contas nós estamos numa federação e tanto quanto possível tem-se que ter uma autonomia absoluta, e essa autonomia não se dá se não for com autonomia legislativa que as assembleias têm que ter, com a autonomia orçamentária e fiscal que os estados também têm que conseguir mais, e isso só é possível se houver essa unidade, se houver um tratamento dedicado, ousado, apaixonado por parte de todas as assembleias legislativas para que se possa ampliar as suas prerrogativas de legislar.

Essa é a grande luta dos parlamentos estaduais que terminaram por ficar, em decorrência da Constituição de 88, cujas prerrogativas estão, todas praticamente, no Congresso Nacional, as do poder local nas câmaras de vereadores e a assembleia legislativa ficou com um limite muito tênue para legislar.

Essa é a bandeira maior do Colegiado de Presidentes das Assembleias, que certamente aqueles que no momento adequado, após as eleições vierem a continuar presidente da assembleia legislativa, e tenho certeza que muitos aqui devem ser reeleitos,



muitos que compõem esse colegiado, outros que possam vir, enfim, mas que continuem contribuindo com essa luta, empunhando essa bandeira, porque é o Poder Legislativo estadual, são as Assembleia Legislativas que, depois das Câmaras de Vereadores, representam mais de perto o sentimento das pessoas, porque as pessoas estão mais próximas, porque as pessoas têm neste plenário, como nos plenários das Assembleias Legislativas do Brasil o ambiente auspicioso do melhor debate e da melhor contribuição e do melhor controle da sociedade.

Muito obrigado. (Palmas)



10400-IV

Ses. Esp. 26/11/10

Or. Ubiratan Aguiar

10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Convidamos para proferir palestra para este colegiado, para os demais deputados e deputadas, e através da TV Assembleia para os demais baianos o Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União, que irá proferir a palestra sobre controle externo e o poder legislativo.

Ministro Ubiratan, mais uma vez agradeço a V.Ex^a. V.Ex^a terá o tempo que entender necessário para a palestra, desde logo já dizendo a todos que após as considerações do Ministro Ubiratan todos devem e podem indagar ao ministro sobre esse assunto que nos diz tão de perto, que são as prerrogativas dos tribunais e do Poder Legislativo.

O Sr. UBIRATAN AGUIAR:- Eu começo essa conversa homenageando as mulheres, que a cada momento mais participam da vida nacional e trazem as grandes lições (palmas), eu que sou da área do controle, acerca do controle – controle das finanças da família; controle sobre nós, o que me deu a sensação de ter a maior compreensão para com os controlados, e elas num eufemismo generoso ainda chamam de zelo esse controle.

Mas a minha homenagem à mulher, meus caros deputados e à mesa, a partir do deputado Marcelo Nilo, presidente desta augusta Casa, do deputado Domingos Filho, ele até afastou o parentesco porque agora é vice-governador e da família o mais importante de todos, mas o meu abraço e aqui o cumprimento da intimação que recebi, larguei todos os afazeres dessa fase que antecede a transmissão de poder, e que leveza isso dá a mim, poder passar ao Ministro Benjamim Zimmerman, larguei tudo para poder usufruir dessa satisfação de estar na Bahia mais uma vez, mesmo que chegando pela manhã e o Chico Neto me mandado embora à tarde ou à noite.

Minha cara conselheira Ridalva Figueiredo, a satisfação em cumprimentá-la e olha o comando mais uma vez do Controle e aqui do Estado da Bahia no Tribunal de Contas sendo exercido com todo esse zelo e todo esse cuidado.



Meu caro Francisco Sousa Andrade Neto; Manuel Castro, meus caros conselheiros aqui todos presentes para não cometer a omissão e escapar alguns em minhas vistas.

Quando recebi o convite me perguntaram qual o tema que eu gostaria de abordar. Perguntei-lhes qual o tema que gostariam que eu falasse.

Não premeditei porque se eu viesse a escrever o que falar por certo iria ficar dentro de uma ortodoxia limitada aos padrões e conceitos muito comuns em palestras, e natural até que às vezes isso aconteça, mas fugiria à vontade que tenho de dizer, e os cabelos me dão a liberdade de falar com essa desenvoltura depois de ter exercido 7 mandatos todos eles no Parlamento e ter assistido com certo amargor ao Parlamento se despidendo das suas competências, se despojando das suas funções, ele que é o principal dos Poderes da República, porque a partir da conceituação constitucional, da norma constitucional e que o Poder emana do povo e se essa é a Casa do povo, representada por suas mais diferentes tendências, daqui deve emanar realmente a força das decisões que devem orientar e conduzir o Estado, que deve conduzir no âmbito a União, e assim no âmbito dos municípios através das Câmaras Municipais.

Acontece que esse Poder assistiu a Constituição, a Carta de 1988, Domingos Juvenil está aqui que foi partícipe dessa Carta e sabe muito bem que era uma carta preparada para o Parlamentarismo, e em meio às alterações dos debates e da Constituição tornou-se uma Carta à última hora para o Presidencialismo. Mas ficaram alguns cacoetes.

A esquerda àquela época, meu caro parlamentar do Pcdob, entendia como ranço da ditadura a expressão do Decreto Lei. Vamos trazer alguma coisa que substitua o Decreto Lei e que se coadune na discussão inicial com o sistema parlamentarista.

Vamos trazer copiando do modelo italiano as medidas provisórias. Ora, já trafegava com abundância as propostas governamentais com pedido de urgência, com prioridade absoluta sobre a tramitação dos projetos, e agora com as medidas provisórias a partir da promulgação da Carta de 1988, o que se viu foi a inibição total do Poder Legislativo, no que diz respeito ao disciplinamento, ao regramento, à normatização das matérias mais importantes de responsabilidade do Parlamento.



Quando se estabeleceu competências originárias e remanescentes para as Assembleias Legislativas concentrou-se muito também na União essas competências que há pouco o deputado Domingos Filho fez alusão, e que entendo que deva estar mais próxima do Parlamento naquilo que concerne ao seu convívio diário, ao seu contato direto com os problemas locais de cada estado.

Num país continente como o nosso, legislar em Brasília olhando para a amazônia, meu caro filho do Solonópole, é diferente de legislar para o Nordeste. Vocês lá tomam as voadeiras para chegar a muitos municípios. O problema do transporte naquela região foca-se no transporte fluvial. A ênfase nossa é o rodoviário, já que o ferroviário foi extinto há muito, embora seja o principal meio de transporte nos grandes países, nos países desenvolvidos.

Então as questões da educação indígena não podem ter o mesmo tratamento da educação que se vai dar nos quilombos ou em outras comunidades. Cada um com as suas peculiaridades, com as suas tradições, com o respeito a sua cultura. Então, deveria legislar sobre assunto específicos aqueles que, respeitado o princípio federativo, tenham contato direto com a população e com as suas necessidades.

Traz-me à imagem aquela história narrada no livro *No Caminho com Maiakovski*, em que um dia o ladão avança, pisa no jardim, esmaga as flores e nós não reclamamos. No dia seguinte, ele volta, mata o cão de guarda e nós não reclamamos. Até que no terceiro dia ele vem, segura no nosso pescoço, nos sufoca e como não falamos, não podemos falar mais. Esse é o momento de falar. É a renovação dos Poderes, a renovação das Casas Legislativas. Os que permanecem, conduzem a experiência; os que chegam, trazem o entusiasmo da sua contribuição e, talvez, seja esse o momento adequado da entidade que congrega os Legislativos estaduais firmarem um documento para que o Congresso Nacional possa devolver atribuições e consagrar competências que são próprias e legítimas dos Legislativos estaduais.

Posso falar, talvez, com essa tranquilidade porque pertenci aos três níveis. Com muita honra fui vereador lá de Fortaleza; deputado estadual por 2 legislaturas e federal por 4. Convivi com esses debates e com essas discussões. Não poderia ficar silente diante dos Srs. Deputados estaduais, presidentes das Casas Legislativas, se não dissesse que além desses



aspectos que eu estou trazendo, há uma necessidade urgente, imperiosa, de que se retome a discussão da iniciativa, já que a iniciativa de legislar é do Executivo e do Legislativo, mas o Poder Legislativo que tem a missão precípua de legislar e de fiscalizar não pode ficar inibido, impedido, garroteado, sem poder tratar daqueles assuntos que exigem normas, disciplinamento, tão importantes para a economia e para a vida social dos seus estados. Não pode deixar as Assembleias dos votos de congratulações, dos títulos de cidadania e das homenagens em sessões solenes. É diminuir a grandeza do Parlamento, é colocá-lo no rés do chão, quando o Parlamento tem que altear porque ele é a representação legítima da voz de um povo. Qualquer presidente, qualquer governador por maior percentual de votos que tenha, não tem a unanimidade que toma assento numa Casa do Poder Legislativo. Aqui está 100% do pensamento da Bahia, está 100% do pensamento do Espírito Santo, estará em cada estado o pensamento através das diversas correntes de pensamento.

Quando eu vejo os movimentos populares reivindicando, reclamando, querendo ter participação no debate e na discussão dos Orçamentos, dizer das suas necessidades, dizer essas são as nossas prioridades, não estou querendo remeter para uma democracia direta porque eu defendo a democracia representativa, mas essa democracia representativa não pode fechar os olhos e tapar os ouvidos para a manifestação daqueles que representam.

É com esse sentimento, meus caros presidentes, conselheiros, que eu falo para vocês. E se eu falei sobre o braço da legislação, o que dizer da fiscalização? Compete ao Poder Legislativo legislar e fiscalizar. Mas a atividade partidária consome as nossas energias no correr das comunidades, no vivenciar os debates dos sindicatos, nos movimentos estudantis, nas organizações empresariais, nas entidades de classe, com os profissionais liberais e a formação de cada um de nós não foi aquela formação necessariamente técnica para poder cuidar do que seja o controle, do que seja aquela fiscalização contábil ou operacional, não é aquela formação da auditoria. E o talento de um baiano, mais uma vez, se mostrou presente. Aí chega Ruy Barbosa com o seu talento e diz: *“É preciso existir um órgão independente dos três poderes, mas que seja o braço de apoio, que seja o órgão que vai ajudar o Poder Legislativo a desempenhar as suas missões”*.



Nós vamos fornecer os insumos, os subsídios, os elementos para que possam ao apreciar o Orçamento, ao julgar as contas governamentais, poder fazê-lo com a certeza de que estão embasados de elementos técnicos da melhor qualidade e a fiscalização vai se processar de forma a que corresponda às expectativas da sociedade. E esse papel do controle externo, meu caro deputado Marcelo Nilo, tantas vezes incompreendido, tantas vezes malsinado, é o elemento principal de fortalecimento em primeiro lugar do Poder Legislativo. O Poder Legislativo que deve se socorrer através de consultas que faça, de pedidos de auditoria que encaminhe para serem realizados, de informações que nos solicitem porque é dever constitucional nosso auxiliar o Poder Legislativo, fornecendo os dados e os meios para que possam cumprir o seu desiderato.

Pois bem, o controle pensado por Ruy é o que faz a intermediação entre a administração dos Poderes fornecendo o parecer ou o elemento técnicos para que possa haver um julgamento da melhor qualidade. Interessante de observar é que, na iniciativa privada, o primeiro dado a se buscar na iniciativa privada é o controle. Se há controle sobre o pessoal, se há controle do produto que se está fabricando, se há controle do estoque, há controle sobre tudo. Daí por que a iniciativa privada se torna exitosa. Quando vem para a administração pública, é entendida, às vezes, como entrave. Repita-se: entrave para os que querem meter a mão e roubar. Mas é dever do Poder Legislativo não permitir, porque a sua função, a sua missão constitucional é esta: a da fiscalização.

Eu tenho dito tantas vezes: recebam os Poderes e o trabalho do Tribunal de Contas, seja o da União, seja o do Estado, seja o do Município, como o assessoramento mais qualificado e gratuito que existe e quer atuar de forma preventiva e pedagógica, orientando. Não nos satisfaz apenas quem quer que seja. Não nos dá prazer aplicar notas de improbidade administrativa ou multas ou imputar débitos. Isso não nos dá prazer.

A pátria de nossos sonhos é a pátria em que nós não possamos apresentar, como apresentamos em 2009, uma economia naquilo que foi possível observar da ordem de R\$ 23.8 bilhões. O nosso sonho é que no dia em que não possamos apresentar nenhum dado relativo à economia terá sido porque tudo correu dentro de uma normalidade a partir das licitações até a execução das obras.



Discute-se: obra parada é obra que contraria o interesse da sociedade. Mas a sociedade sabe por que aquela obra está parada ou foi paralisada? Ela sabe que antes de ela ser paralisada foi dada ao órgão gestor, à empresa executora a oportunidade de se manifestar, falar, ter a chance de expor as suas razões e se contrapor à auditoria realizada. Sabe a população o que é o direcionamento. Aquele edital feito de tal forma que somente aquela empresa pode ganhar. E nós mandamos, através de cautelar, que se suste aquele edital até que se faça um outro dando igualdade de participação a todas as que atuam naquele ramo.

E sobre preço? As tabelas são as elaboradas pelo governo. No âmbito federal, são as elaboradas pela Caixa Econômica Federal e pelo DNIT. Anualmente, são reajustadas pelos órgãos do governo encarregado da apreciação dessas matérias. Por que se colocar um preço a maior do que o previsto nas tabelas onde já está consignada a oportunidade da lucratividade?

O dinheiro que vai a mais é o dinheiro que falta para a saúde. O dinheiro que vai a mais naquela obra está faltando na educação. O dinheiro que vai a mais naquela obra é o que está faltando nos programas sociais em que o governo investe, como o Bolsa Família.

Então, há uma necessidade de que se perceba essas questões e o conluio que tantas vezes é feito, como, por exemplo, a empresa a ganhará nos órgãos a, b, c e d, a empresa x ganhará nos órgãos d, e e f. Aí Os preços são colocados, e a sociedade se sente impossibilitada de reagir diante desses fatos. Então, nós colocamos diante dos olhos do Poder Legislativo essas realidades para que ele, que é o Poder que me representa, o Poder que representa o povo brasileiro, o Poder que representa o povo em cada Estado ou em cada Município possa fazer a defesa da aplicação dos recursos oriundos dos impostos.

Meus caros parlamentares, eu posso dizer, com a tranquilidade de 50 anos de vida pública, dos quais, 28 dentro do Parlamento, que esse grito não pode nascer às margens do Ipiranga, há de nascer na alma de cada parlamentar, na sua consciência de que, como representante do povo, tem que modificar muitas dessas questões.

Quero que o Parlamento, no próximo ano, se despojando de todas as funções, requeiro a minha aposentadoria, se Deus me permitir, em junho, para voltar a ser advogado, cuidar da educação, que é a paixão da minha vida, eu possa, como cidadão, dizer: eu tenho



orgulho de ter passado pelo Parlamento, eu conduzo essa escola dentro de minha alma, com alegria imensa, porque nesta Casa o primeiro e o principal verbo chama-se servir.

Eu quero que o Parlamento continue servindo ao povo brasileiro, com a sua independência, sem sofrer nenhum tipo de escoliose, sem se curvar, harmonicamente trabalhando. Você é Oposição e, por ser Oposição, não deve obstruir os planos governamentais que vêm em favor do povo; você é Situação, mas não deve ser Situação para apoiar aquilo que contraria os interesses mais legítimos da sociedade. A sua resposta, o seu respeito, o seu santuário, a sua devoção há que ser para o povo, e eu, nessa condição de cidadão que já sou, vou ser um cidadão despojado de qualquer função pública a partir do próximo ano. Eu quero continuar me orgulhando desta Casa, que me abrigou durante 28 anos, o Parlamento brasileiro.

Eu tinha escrito aqui para não me esquecer: O Parlamento é o santuário da minha devoção e é o estuário de minhas esperanças. Eu não quero ver o Parlamento brasileiro fazer desaparecer as minhas esperanças, até porque sou um otimista incorrigível, acredito na reformulação da educação dentro da visão de que educação é ensino e informação. Não há gastos em educação, há investimentos em educação. Olhem para os Tigres Asiáticos, por que estão se desenvolvendo? Vejam quanto investiram na educação, e nosso País, meu caro capixaba João Calmon teve que sair correndo deste Brasil para ver se aprovava a emenda constitucional dele, dizendo que a União deveria investir, no mínimo, 18% em educação, e estados e municípios, no mínimo, 25%. Não precisava estar escrito na Constituição, tinha que estar escrito na consciência de cada um de nós, mas foi preciso se transformar em norma constitucional aquilo que não foi imperativo de consciência. Enquanto não investirmos em educação para ensinar e informar, vai ficar difícil.

O problema da violência é a filha legítima da injustiça social. O que o Rio de Janeiro está sofrendo é fruto da concentração de renda, da desigualdade regional e da ausência de cidadania, e a cidadania se adquire pela pilastra da formação, que ao sustentar o edifício da educação, sustenta conteúdos éticos, morais, com os valores da família, da crença religiosa, da pátria e do civismo.



Eu quero olhar este Parlamento, do lugarzinho onde estiver, discutindo financiamento de campanha, para que os vocacionados possam ter assento nos parlamentos brasileiros. E não sejam eles a presença do poder econômico, mas o poder do povo expresso nas mais legítimas aspirações, naqueles que têm vocação para servir.

Eu quero me sentar na arquibancada, olhando para o Parlamento como aquele Poder Legislativo que vai discutir... Permitam-me os de outras regiões mais desenvolvidas, porque o Norte, o Nordeste e grande parte do Centro-Oeste não podem viver no sofrimento que viveram na época da Constituinte, mendigando pelo menos 3% da receita para constituir os fundos constitucionais para desenvolver nossas regiões. O martelo só foi batido na hora em que tivemos que “estirar o beijo”, aumentando a bancada do Estado de São Paulo de 60 para 70 parlamentares.

Há que haver uma política que consagre a Federação. Não haverá um Brasil forte com regiões sofridas, subdesenvolvidas, em que o transporte é o meio garantidor da sobrevivência. Sou do tempo em que ainda existiam os paus-de-arara, levando meus irmãos para os centros urbanos mais desenvolvidos, porque não podiam morrer na miséria, na fome. E, hoje, um desses tangidos pela ausência de ações governamentais ao longo da história é o líder da Rocinha, comandando o tráfico. Esse não é o sonho do brasileiro.

Não acredito que as grandes fortunas deste País, os grandes empresários ou banqueiros sintam-se felizes em ver que estão perdendo o segundo bem maior do ser humano. O primeiro é a vida, o segundo é a liberdade, porque não acredito que haja vida sem liberdade. Têm que ir de casa para o trabalho em helicópteros, ou se for pelo chão, em um carro blindado, com seguranças. Não pode ir a uma praia, frequentar um cinema, ir à praça pública com medo de ser assaltado ou sequestrado. Deus me livre dessa fortuna, desse ter que me priva da liberdade de ser um cidadão comum. Essa concentração de renda não pode continuar.

E temos que pensar numa legislação que não retire 40% do salário. Perguntaram quanto eu ganho. Retruquei: você quer saber o meu salário ou quanto eu ganho? Porque eu ganho 40% a menos do que é o salário, pois 27,5% morre no Imposto de Renda, 11% é da Previdência, e o plano de saúde completa os 40%.



Como cidadão, quero dizer aos parlamentares do Brasil inteiro que quero pagar os 40% como o canadense paga, com alegria, porque tem a certeza de que terá uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade.

O Controle Externo está aí para oferecer esses insumos, esses elementos, esses dados de que precisa o Parlamento. Quanto mais forte estiver o Controle Externo, os Tribunais de Contas, mais forte estará o Poder Legislativo. Quanto mais permanecermos prudentes, firmes, mais afirmaremos a nossa posição dentro do Estado brasileiro, em que o Poder Executivo, o nome está a dizer, vai executar os programas, os planos elaborados em favor da sociedade. E o Poder Judiciário aplicará a lei.

Mas nós somos o maior desses Poderes, porque estamos legitimados pelo sentimento, pelo pensamento e pela confiança do povo brasileiro.

Meus caros parlamentares, vejam por que eu não escrevi: se eu escrevesse, talvez seria muito mais comedido, muito mais colocado dentro das normas, muitas vezes, são protocolares ou formais, e o formalismo começa a exigir de cada um de nós determinados procedimentos. Eu quis ser eu mesmo, com as minhas imperfeições, mas com a minha visão de país. Não é impunemente que se passa 50 anos de vida no Parlamento, na vida pública, sem que possa dizer que tem algo a contribuir. É aquela máxima de que ninguém é tão rico que não tenha alguma coisa para receber, ou que não seja tão pobre que não tenha algo para oferecer.

Na minha pobreza material, quero que o meu espírito ofereça o que há de melhor dentro de mim. Quero que o Parlamento brasileiro adote, seria um pedido meu, como norma principal, a ética. A ética de um poeta lá na França, ele disse em 5 palavras: “Ética é a estética de dentro”. Ética é a estética de dentro.

Se todos formos belos e limpos por dentro, este Brasil será excelente por fora.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**10401-IV****Ses. Esp. 26/11/10****Or. Clóvis Ferraz****10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.**

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Está inscrito para falar, explorar aí 03 minutos – também estão abertas as inscrições para os componentes deste colegiado - deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Caro presidente, Domingos Filho, caro presidente, Marcelo Nilo, em nome dos dois, quero saudar os ilustres membros da Mesa e demais participantes deste evento.

Srs. Presidentes de Assembleias, deputados e deputadas, não poderia deixar de enfatizar aqui neste momento tão oportuno depois da fala tão significativa do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Diniz, é um momento singular em que se reúne nesta Assembleia Legislativa da Bahia os presidentes do colegiado de presidentes com os demais membros e também aqui representando a Unale como secretário-geral e ex-presidente, este que vos fala. Como disseram o ministro Ubiratan e o presidente Domingos Filho, se nós deputados estaduais, se os Parlamentos estaduais brasileiro não se unirem, não buscarem de forma enfática estabelecer as prerrogativas legiferantes destas Casas Legislativas, vamos estar aí, simplesmente, legado ao papel de apresentar moções, de apresentar leis para Título de Cidadão e nos contentar com esse papel. Mas não é esse o papel que a sociedade nos deu para desempenhar nos Parlamentos estaduais. O nosso papel é o de fazer as leis e de fiscalizar o Executivo, tão importante, tão enfatizado aqui pelo ministro Ubiratan.

Acaba de chegar ao Plenário o nosso ex-presidente do colegiado de presidentes e presidente da Assembleia de Minas Gerais, eleito vice-governador de Minas, o deputado Alberto Pinto Coelho. (Palmas) Quero saudá-lo, presidente. Como eu estava dizendo, é essa sinergia entre o Colegiado de Presidentes, que representa as Assembleias Legislativas do País, e a Unale, União dos Legislativos e legisladores brasileiros, que representa os 1.059 parlamentares estaduais do País, que devemos buscar a todo o momento. A Unale foi



fundada há 14 anos. Sinto-me privilegiado em dizer que participei, ao longo desses 14 anos, dessa entidade que sempre debateu em todos os fóruns e nas convenções estaduais anuais as quais promove nos Estados, buscando sempre recuperar as prerrogativas dos legislativos que a Constituição de 1988 - como foi dito aqui pelo ministro Ubiratan e por Domingos Filho - nos tirou quase totalmente.

Após a Constituição de 1988, vieram emendas constitucionais como a PEC 15/96, que retirou uma das principais prerrogativas do Legislativo Estadual que era a criação de municípios. Esse foi o tiro de misericórdia. As Câmaras de Vereadores têm a prerrogativa de criar os distritos, as Assembleias Legislativas tinham a prerrogativa de criar os municípios e o Congresso tem a prerrogativa de criar os Estados, pois bem, quebrou-se aí o pacto federativo no que diz respeito ao Legislativo. O que nos resta e o que temos que fazer, como foi dito pelo ministro Ubiratan, é encetar essa luta. Me perguntavam, antes, qual é o papel do Colegiado de Presidentes? Qual é o papel da Unale? É exatamente esse papel de buscar e de levar ao Congresso Nacional, como tem sido feito - diversas PEC's são propostas anualmente, enviamos documentos pedindo que se restabeleça e que nos devolvam as prerrogativas legiferantes que nos foram tiradas, melhor dizendo, que nos foram usurpadas pelo Congresso Nacional. Infelizmente, o Congresso tem sido insensível e não quer nos devolver essas prerrogativas que manterão a harmonia entre as esferas do Poder Legislativo, seja municipal, estadual ou federal.

Enfatizo, aqui, essa sinergia, essa união entre o Colegiado de Presidentes, que representa as Assembleias, e a Unale para que possamos continuar buscando resgatar essas prerrogativas. Esse é o papel que devemos continuar fazendo. Devemos continuar brigando e lutando para que o Congresso se sensibilize e devolva essas prerrogativas aos legislativos.

Não teria nenhuma pergunta para fazer ao ministro, porque ele já disse tudo na sua fala sobre o papel de legislar. Ele que tem experiência como legislador municipal, estadual e federal e, hoje, preside um órgão de controle, inclusive, falou sobre o controle externo. Não tenho nenhuma pergunta a fazer, mas quero parabenizá-lo por esta brilhante fala que nos traz um alerta para que os Parlamentos Estaduais não se acomodem para que possamos continuar buscando sempre o papel que é nosso, qual seja o de legislar e fiscalizar.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



10402-IV

Ses. Esp. 26/11/10

Or. Álvaro Gomes

10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Agradeço, deputado Clóvis Ferraz. Consulto os presidentes de Assembleias que compõe o colegiado, se algum deseja se manifestar. Quero registrar, com prazer, a presença do presidente da Assembleia do Estado de Minas Gerais Alberto Pinto Coelho, presidente de honra desse colegiado. Tenho a honra de suceder o primeiro presidente do colegiado, Alberto Pinto Coelho, eleito vice-governador de Minas Gerais.

Se inscreve para fazer uso da palavra, pelo tempo de 3 minutos, o deputado Álvaro Gomes, da Bahia.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu não gosto muito de falar, mas o pronunciamento do presidente Ubiratan Aguiar me estimulou.

Primeiro, queria saudar este evento de extraordinária importância. Em seguida, saúdo o presidente Domingos Filho; o presidente desta Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo, e os outros presidentes. Saúdo também os presidentes dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e todos os demais presentes.

Inicialmente, queria fazer um convite, um pouco para o futuro, porque agora ele não pode. Depois de o presidente Ubiratan Aguiar se aposentar, gostaria que ingressasse no PCdoB. Gostei muito do seu pronunciamento, Excelência. Travaremos essa discussão posteriormente.

Na realidade, achei muito interessante as posições do ministro Ubiratan Aguiar, quando se refere às desigualdades sociais, à concentração de renda, enfim, à situação em que nos encontramos hoje. Aliás, é importante ressaltar que fundamos uma entidade – Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, Iapaz –, da qual sou presidente, que tem por finalidade dizer o seguinte: paz só com justiça social.

A quase totalidade dos homicídios que observamos na Bahia e no Brasil é por questões econômicas. Ora, se essa é a realidade que vivemos, não é difícil concluir que é



necessário reduzir a concentração de rendas e, conseqüentemente, as desigualdades sociais para que todos, inclusive as elites, como muito bem pontuou o ministro Ubiratan Aguiar, não percam o seu maior bem, a vida. Depois da vida é a liberdade.

De que adianta ter milhões e milhões e não poder andar livremente nas ruas com receio de ser sequestrado, ter de andar em carro blindado e cheio de seguranças?

Então, é necessário que construamos uma sociedade com paz e justiça social. Para isso, é fundamental que busquemos medidas para reduzir a concentração de renda. E o Parlamento tem uma importância muito grande para atingirmos essa meta. É nesse sentido que devemos trabalhar para o seu fortalecimento, e assim ele legisle, faça as leis. Enfim, uma atuação que tenha esse objetivo.

Parabéns, ministro! Gostei muito do pronunciamento de V.Ex^a. Está convidado para, depois da sua aposentadoria, travarmos uma discussão no sentido do seu ingresso no Partido Comunista do Brasil e também no Iapaz.

Muito Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



10403-IV

Ses. Esp. 26/11/10

Or. Themístocles Filho

10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Agradeço e parabenizo o deputado Álvaro Gomes.

Com a palavra o deputado Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

O Sr. THEMÍSTOCLES FILHO:- Boa-tarde a todos.

Ministro, é um prazer ouvi-lo. Quero dizer a V.Ex^a que tenho um irmão que foi eleito agora deputado federal. Se for por ele, passa a ser de 75 anos o limite para a aposentadoria compulsória de desembargador, dos Tribunais de Contas, etc.

Quero dizer que as nossas Assembleias estão de parabéns. Temos quatro vice-governadores. Se não estivéssemos bem, o nosso presidente da Assembleia do Ceará não teria sido chamado para ser vice-governador, assim como os presidentes das Assembleias Legislativas de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte.

Quero dizer aqui, também, que esse nosso encontro é importante para trocarmos experiências. Uma das experiências que acho importante é saber o que uma Assembleia faz, o que a outra está deixando de fazer. Não é ruim copiar o que é bom. Eu quero dizer aos amigos que sempre toquei no assunto das TVs. A TV Assembleia do Piauí é uma TV aberta. O Ceará conseguiu primeiro, porque tinha o ministro das Comunicações, mas depois mudou e eu consegui a TV aberta para o Estado do Piauí. O Ceará tem um emissora de rádio. Eu já consegui, também, tirar do Ministério das Comunicações, só falta o Lula assinar, a nossa rádio FM Assembleia.

São importantes esses instrumentos de comunicação. TV e rádio, para as Assembleias. Não são só para mostrar deputado, não, são para mostrar a população, dar espaço para a cultura local, para mostrar o que os deputados estão fazendo. Por exemplo, eu digo muito lá no Piauí que, às vezes, o deputado faz algo, mas se você não for mostrar que o



deputado fez uma estrada, uma barragem, lutou por aquilo, como é que o povo sabe? Os meios de comunicação são importantes. A Assembleia do Piauí, como a Assembleia do Ceará, que eu conheço mais de perto, ando muito lá no Ceará, visitando o nosso presidente, possuiu TV e rádio. Então, a população do Estado do Ceará acompanha mais de perto o trabalho dos parlamentares. Isso é importante.

Talvez, esta seja a última reunião do nosso conselho. Estamos nos despedindo de quatro vice-governadores importantes. Quero parabenizar o Alberto, que deu uma grande força ao nosso conselho, sempre nos recebeu muito bem em Minas Gerais, na nossa Tiradentes; o nosso Domingos, no Ceará, que sempre também recebeu com entusiasmo o nosso conselho. É boa essa troca de experiências entre os presidentes das Assembleias. O presidente do Rio Grande do Norte, o Juvenil, que me chamou lá no Pará. Nunca vi uma coisa tão grande como no Pará e que precisava ser muito divulgada, o Círio de Nazaré. É de encantar qualquer pessoa que vai ao Pará ver aquela procissão grandiosíssima que acontece no Pará. Temos aqui um presidente, o Juvenil, que foi candidato a governador, obteve quase 20% dos votos numa eleição difícilíssima no Estado do Pará; e o nosso amigo do Amapá, que está aqui e que só perdeu as eleições para governador por 0,6% dos votos.

Isso mostra o trabalho dos nossos presidentes das Assembleias Legislativas. A Bahia está nos recebendo tão bem aqui, o nosso presidente, que não foi vice-governador da Bahia porque não quis, porque se quisesse também teria sido vice-governador da Bahia. Deve existir essa harmonia. Essa história de bater em deputado é assim mesmo, porque é mais fraco. Bater no Executivo é difícil, o governador é o dono do cofre, bater no Executivo dá mais trabalho. Tem que bater mesmo do lado mais fraco, que é o Poder Legislativo.

Quero desejar a todos felicidades. Que possamos sair daqui para renovar essa troca de experiências. Quando comecei a falar de televisão, eu e o Domingos, ninguém acreditava que uma Assembleia pudesse ter TVs abertas, rádios FMs, do mesmo modo como criamos municípios. Conquistas a gente tem lutando. Eu, graças a Deus, tenho um irmão deputado federal, Domingos tem um filho. Nós, agora, temos força no Congresso Nacional, nesta nova Legislatura, para juntos mudarmos o que desejamos.

Muito obrigado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



10404-IV

Ses. Esp. 26/11/10

Or. Marcelo Nilo

10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Concedo a palavra para o nosso anfitrião, o deputado-presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Meu caro presidente Domingos, em seu nome eu gostaria de saudar todos os deputados, entre eles Clóvis Ferraz, o ministro Ubiratan, a conselheira Ridalva, presidente do TCE, e os conselheiros Francisco Netto, Zilton Rocha e Manoel Castro.

Srs. Deputados, estou matando a saudade daqui da tribuna, pois durante 4 anos como presidente aqui da Assembleia, se não me engano, discurssei só uma vez. Mas quero dizer da honra e do prazer em recebê-los aqui na Bahia, esta terra que é realmente abençoada pelos deuses e de belezas naturais, o Estado onde nasceu o Brasil. E na realidade essas reuniões, salvo engano, esta é a 18ª entre os presidentes, são muito importantes pela troca de ideias e a discussão do Parlamento Estadual.

Sempre disse em São Paulo numas dessas reuniões que, na verdade, o Poder Legislativo Estadual é o queijo do sanduíche, está imprensado pelas Câmaras de Vereadores e pelo Congresso Nacional. Isso porque não podemos legislar. Primeiro, a Constituição de 1988 diz que os parlamentares não podem legislar causando despesas para o Executivo. É impossível ter um projeto sem despesas, porque já há logo no início da elaboração dele com o próprio papel.

Então ficamos em dificuldade e passamos a ser um Parlamento para apenas fiscalizar o Executivo, principalmente pelos deputados que fazem oposição, e aprovar os projetos de outros Poderes, como o próprio Executivo e o Judiciário. Esta é de fato a realidade, porque não podemos legislar.

Durante estes 4 anos como presidente desta Assembleia, nós aprovamos alguns projetos importantes. Acabamos com o nepotismo, fizemos a Lei de Organização Judiciária. O deputado Álvaro Gomes recentemente apresentou um projeto, que foi aprovado por



unanimidade, proibindo a cobrança de tarifa básica nos telefones. E as empresas já recorreram ao Supremo.

Ontem mesmo respondi à ministra Ellen Gracie, com as informações da aprovação desse projeto, que nós inclusive vamos discutir pela constitucionalidade. Por que passar uma discussão somente pelo Congresso e só a Câmara poder legislar? Enfim, ficamos em dificuldade. E nós, que somos parlamentares estaduais, não podemos criar municípios, coisa inédita na história do Brasil, porque o Congresso Nacional puxou para si. Municípios! E aí ficamos impedidos de tomar decisões políticas por causa de decisões técnicas, tais como algumas referentes a emancipações municipais.

Minas Gerais, quando teve oportunidade, criou muitos municípios. E a Bahia em 1989 também aprovou alguns projetos de criação deles. Mas atualmente estamos aqui - no meu caso específico, sou defensor da emancipação de municípios, e todas as cidades baianas que foram criadas cresceram social, econômica e politicamente - impossibilitados de fazer as leis que todos nós gostaríamos de elaborar.

Concluo dizendo da satisfação de recebê-los nesta terra. É óbvio que é um mês atípico, novembro, quando todos nós parlamentares estamos votando os últimos projetos para encerrarmos esta Legislatura. Mas repito ser uma honra tê-los aqui na Bahia, esta terra de tantas belezas. Eu inclusive sugiro aos parlamentares que, se possível, fiquem o fim de semana para conhecer realmente a Bahia, o Pelourinho, as praias, a Praia do Forte, as igrejas, enfim, essa história que todos nós amamos e da qual gostamos da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)



10405-IV

Ses. Esp. 26/11/10

Or. Zilton Rocha

10º Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Obrigado, presidente Marcelo Nilo.

Agora pede a palavra para dar a sua contribuição o conselheiro Zilton Rocha, ex-deputado estadual, o último a falar, já comunicando aos deputados e deputadas que às 14h30min o governador Jaques Wagner irá receber o colegiado de presidentes de Assembleias. Portanto, disporá de 3 minutos o conselheiro Zilton Rocha.

O Sr. ZILTON ROCHA:- Srs. Presidentes Domingos e Marcelo Nilo; ministro Ubiratan; demais membros da Mesa; minha presidenta, conselheira Ridalva Figueiredo; Francisco Neto; Clóvis Ferraz; Srs. Presidentes de Assembleias; meu colega de Tribunal, conselheiro Manoel Castro, que já foi presidente da Casa três vezes, foi também parlamentar em nível federal; auditor Vivaldo, auditor substituto, eu, ministro, tenho uma trajetória parecida com a de V.Ex^a, eu também sou, principalmente, professor e fui vereador, deputado estadual, a única diferença entre nós é que V.Ex^a é uma expressão muito maior, mas me honra muito ver a leitura de alguém que vem da educação – o ministro Ubiratan foi inclusive professor primário, conhece a educação pela raiz e viveu no Parlamento muito ligado à Comissão de Educação.

Estimulei-me a participar desta sessão de V.Ex^{as} presidentes para dizer que aparentemente os tribunais de contas vivem atrás da conformidade, já está ficando uma coisa secundária, olhar apenas se respeitou a lei, se usou da economicidade, da eficácia, enfim, aquilo que a Constituição preconiza. Caminha-se muito mais na direção da efetividade, não basta que a obra ou o serviço tenha sido feito usando do menor preço, no menor tempo, usando o melhor material, mas é preciso perguntar do ponto de vista da sociedade: valeu a pena a obra, o serviço que foi feito? Isso estamos começando a buscar.

Assim que cheguei ao Tribunal fui consultado se eu gostaria de coordenar uma auditoria que se chama operacional, essa que busca efetividade, e era sobre a formação de professores. Fiz questão de passar uma semana viajando por vários municípios do nosso



Estado, conversando com as professoras e com os professores que fizeram curso de formação para saber do ponto de vista da aula que eles dão se melhorou, se o investimento valeu a pena. É isso que é efetividade.

Acabamos de chegar agora, o conselheiro Manoel Castro e eu, o Brasil inteiro, todos os Estados de V.Ex^{as} estavam representados no I Simpósio Internacional Ambiental da ótica do controle, lá em Manaus, onde estavam representações da França, Moçambique, Senegal, Portugal, Estados Unidos, no sentido de buscar também agora os elementos subjetivos nas avaliações de tudo aquilo que os tribunais acompanham.

Eu tenho dito aos nossos técnicos que por trás do papel tem sempre vida. E V.Ex^{as} puderam constatar que na fala do ministro, ele não está apenas preocupado com o o *stricto sensu* do controle, mas olhando o aspecto da vida, quando ele deu o exemplo da distribuição de renda e outros aspectos.

Portanto, presidente Marcelo Nilo, senhores presidentes de Assembleias, senhores e senhoras, quero dizer da satisfação de poder abraçar tanta gente com quem convivi aqui durante nove anos, colegas deputados e funcionários desta Casa. Mas, por exemplo, presidente e Srs. Deputados, deputado Álvaro Gomes que se interessa muito nessa área, deixei um projeto o qual o Brasil inteiro começa a tornar realidade, e que espero que as Assembleias Legislativas possam tomar essa iniciativa, para que ele se nacionalize, que é o banimento do amianto como uso em construções. Porque na França, ministro, para alguém demolir uma parede que tenha qualquer percentual de amianto, usa-se oxigênio autônomo e vestimenta própria. Nós ainda temos uma remanescente minas, que foi a primeira do Brasil ali em Bom Jesus da Serra, com amianto a céu aberto, o deputado Clóvis é de lá. Mas eu fui lá, tenho isso registrado, bate-se uma pedra na outra e o amianto vem.

Enquanto começa no mundo inteiro já com dezenas de países, nós ainda patinamos nesse sentido. Espero que não deixem esse projeto dormir e que transformemos para que a Bahia possa se livrar, dando o exemplo junto a outros estados e municípios.

Vou dar mais uma informação sobre isso: o amianto pode ter latência de décadas, vi lá e filmei homens, mulheres com 70, 80 anos, mas que agora é que refletiram, outros



morreram muito cedo. Então, para mostrar a importância que os parlamentos têm com projetos de significativa importância para a sociedade.

Regozijo muito de voltar a esta tribuna, conselheiro, eu agora com o cacoete do conselheiro, deputado Clóvis Ferraz e demais deputados aqui da Casa. Deixo aqui, então, um abraço e dizer da satisfação que tive de ser deputado. Concordo com tudo isso, precisamos cada vez mais valorizar as instituições das quais participamos.

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Agradeço ao conselheiro Zilton Rocha.

Muito obrigado.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 26/11/10

O Sr. PRESIDENTE (Domingos Filho):- Informamos que às 16 horas vamos ter uma reunião administrativa no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Está encerrada a presente sessão.